

## “NEM TUDO SÃO FLORES”: OS DESAFIOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS EM PERNAMBUCO

ADRIANO DE FREITAS ALVES

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

ALINE DAIANE NUNES MASCARENHAS

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil /

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

JÔNATAN DAVID SANTOS PEREIRA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

---

**RESUMO:** O ensino superior tem um papel fundamental na formação cidadã e no processo de humanização das pessoas, possibilitando a formação de uma sociedade democrática e plural que se orienta pelo respeito à dignidade humana. Diante do exposto, esse artigo busca analisar as barreiras que impedem a trajetória acadêmica de pessoas transexuais e travestis na educação básica e no ensino superior. O estudo utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa, a partir do procedimento de coleta de dados com um questionário composto por 20 questões abertas, com a participação de quatro colaboradoras, dentre elas, pessoas transexuais e travestis que contribuíram com os dados da pesquisa. O tratamento analítico dos dados ocorreu mediante estatística descritiva simples e pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Destarte, essa pesquisa aponta para as possíveis consequências de violências sofridas por transexuais e travestis no ambiente universitário, a partir de uma reflexão sobre o enfrentamento a essas barreiras e garantir acessibilidade e mecanismos de permanência para pessoas trans e travestis no ensino superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Direitos Humanos. Transexuais. Travestis.

---

### INTRODUÇÃO

O legado do patriarcado intrínseco em nossa sociedade é um traço constitutivo de desafios enfrentados por professoras e professores da educação básica e do ensino superior no país. Esses atores se implicam cotidianamente com assuntos relacionados à questão de gênero e sexualidade, raça e etnia dos discentes. Nesse sentido, as instituições formadoras (escolas e universidades) possuem um importante papel no combate a diferentes formas de preconceito, propiciando um espaço justo e democrático, de acesso a todas e todos, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Ocorre que, no Brasil, ainda é perceptível um silenciamento, em face do acesso e da permanência de discentes que são concebidos como corpos dissonantes, a saber: pessoas com deficiência, pessoas transexuais e travestis, dentre outros grupos. Nessa ótica, o sistema educacional brasileiro tem sido excludente com milhares de pessoas, dentre elas, de maneira ainda mais perversa, os estudantes transexuais e travestis. De acordo com os dados publicados por uma pesquisa da ANDIFES (Associação Nacional

dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), em 2018, apenas 0,1% do total dos alunos de universidades federais do Brasil são pessoas transexuais.

Para fins didáticos e como forma de situá-los na discussão, considera-se pessoas trans ou transexuais a pessoa que não se identifica como o gênero ao qual foi designado em seu nascimento, isto é, uma mulher trans ou transfeminina é uma pessoa que nasceu homem, mas ao longo de sua vivência não se identificou e não se identifica com o gênero que lhe foi designado. Enquanto homem trans ou transmasculino significa que a pessoa nasceu mulher, mas não se identifica como mulher ou gênero que lhe foi designado.

Em dados mais recentes, publicado pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil em um dossiê Acontece Arte e Política LGBTI+, juntamente com o Grupo Gay da Bahia do ano de 2020 (Schmitz, 2024), a constante discriminação e violência faz da comunidade trans uma das mais vulneráveis no Brasil. Também se reflete em outros índices sociais o grave problema da baixa escolaridade: 72% das pessoas trans não concluíram o ensino médio; apenas 0,02% frequentam universidades.

Em 2023, o Grupo Gay da Bahia (GGB) documentou a morte violenta de 127 travestis e transgêneros, 118 gays, 9 lésbicas e três bissexuais, totalizando 257 vítimas de crimes de ódio. Esses números alarmantes, mesmo que subnotificados, reforçam a urgência de ações e políticas efetivas para combater a violência direcionada à comunidade LGBTQIA+.

Os sobreditos dados alarmantes nos convidam a um importante debate no cenário social, a partir das seguintes indagações: qual o papel da universidade e da escola enquanto espaço formativo no combate ao preconceito com as pessoas transexuais? Será que os/as discentes trans vivenciam ou vivenciaram algum tipo de violência na trajetória escolar e nas universidades? Quais os desafios que enfrentam as pessoas trans nesses espaços?

A educação é um caminho que possibilita a emancipação humana e favorece o processo de humanização em nossa sociedade. Nesse âmbito, a educação tem o papel crucial no combate à superação da discriminação e do preconceito direcionados contra a comunidade LGBTQIA+, transgredindo a lógica de padrão social centrado na heterossexualidade. Diante disso, é fundamentalmente importante explicitar a sigla LGBTQIA+, até de forma didática.

A sigla LGBTQIA+, representa a diversidade em orientações sexuais e identidades de gênero, além de demarcar uma luta coletiva, mas também demandas específicas de cada letra dessa. Lésbicas – mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres; *Gays* – homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens; Bissexuais – pessoas que se sentem atraídas afetiva e/ou sexualmente por mais de um gênero; Transgêneros – pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Inclui transexuais (que podem ou não optar pela redesignação de gênero) e travestis; *Queer* – termo abrangente que inclui pessoas que não se identificam com as normas tradicionais de gênero e sexualidade. Também pode ser utilizado por quem rejeita rótulos específicos de identidade de gênero e orientação sexual; Intersexuais – pessoas que nascem com características biológicas (genitália, hormônios, cromossomos) que não se

encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino; Assexuais – pessoas que não sentem atração sexual por outros indivíduos, embora possam ter relacionamentos românticos; +: Outras identidades e orientações – o símbolo “+” inclui todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero que não estão explicitamente representadas pelas letras anteriores, como pansexuais, agênero, gênero fluido, entre outras.

Os jovens transexuais, ao se inserirem nas universidades, acreditam que a educação é um caminho de mudança e que esses espaços são democráticos e livres de preconceitos. Contudo, enfrentam diversos desafios, a saber: preconceito, discriminação, dificuldades de acesso ao ensino superior, dentre outras mazelas como a orientação sexual divergente do padrão normativo. Ademais, na maioria das vezes, por conta de uma lacuna nos cursos de formação de professores/as ou engajamento da sociedade civil nesse tema, transexuais e travestis têm sido negligenciados em virtude de sua orientação sexual, a partir de uma perspectiva homogeneizadora que cada vez mais tem se assentado no cenário social, invisibilizando esse grupo e negando um processo na garantia do respeito a dignidade humana, conforme defende a Constituição Federal de 1988.

Diante das questões introdutórias, o presente estudo tem a intenção de analisar as barreiras que impedem a trajetória acadêmica de pessoas transexuais e travestis na educação básica e no ensino superior. Como objetivos específicos delimitaram-se: a) fomentar a discussão sobre gênero e sexualidade, a partir da ótica dos Direitos Humanos; b) possibilitar a construção de uma consciência crítica sobre as barreiras que impedem a trajetória acadêmica de pessoas transexuais e travestis na educação básica e no ensino superior; c) discutir-se a performance de masculinidade e feminilidade de pessoas transexuais e travestis em contraposição ao patriarcado.

Portanto, o presente trabalho se justifica pela grande quantidade de pessoas transexuais e travestis que abandonam o ambiente escolar e universitário por terem passado por alguma violência nesses espaços e por destoarem de padrões de comportamentos impostos pela heterossexualidade compulsória.

Nesse sentido, entende-se por heterossexualidade compulsória a ideia de que a sociedade impõe a heterossexualidade como a norma padrão, marginalizando outras orientações sexuais. Esse conceito sugere que a pressão social, cultural e institucional força as pessoas a assumirem a heterossexualidade como a única forma aceitável de orientação sexual. Essa imposição serve para manter a estrutura patriarcal, subordinando mulheres aos homens e perpetuando normas de gênero tradicionais.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem como caráter metodológico a pesquisa qualitativa. De acordo com Creswel (2010, p. 91), essa pesquisa possibilita uma lente geral de orientações para questões sobre o estudo de gênero, classe e etnia, isto é, para temáticas fundamentalmente importantes na compreensão da evasão escolar de pessoas transexuais e travestis. À vista disso, a utilização de procedimento de coleta de dados ocorreu a partir de um questionário de estrutura semiaberta (com 20 questões abertas) ou semiestruturado, a fim de compreendermos dados sobre o acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis nos ensinos básicos e superiores.

O questionário foi estruturado e encaminhado por *WhatsApp* a todas as envolvidas. Vale salientar que, por diferentes meios de disseminação, ratificou-se o seu caráter voluntário, ou seja, que nenhum sujeito seria obrigado a responder ao questionário, valendo-se de sua autonomia e disponibilidade em participar (ou não), destacando o caráter sigiloso das informações ali apresentadas. Além disso, como já foi mencionado, todas as envolvidas na pesquisa terão suas identidades preservadas.

As perguntas inerentes ao questionário em questão foram construídas a partir de alguns marcadores essenciais ao que se busca compreender nesta pesquisa, a saber: o perfil da entrevistada; a sua trajetória escolar no ensino básico, fundamental e médio; o perfil econômico e profissional; a sua trajetória na universidade e, por fim, os tipos de violência presentes na universidade ao longo da sua trajetória formativa.

Contamos com a valiosa contribuição de quatro colaboradoras na pesquisa, pessoas trans, que ao longo da sua vida enfrentaram barreiras para a plena efetivação do ingresso, acesso e permanência em espaços escolares. Nesse estudo, essas pessoas serão denominadas como Gardênia, Rosa, Violeta e Camélia, seguindo o critério de sigilo, a fim de preservar a identidade de cada uma. As colaboradoras assinaram um termo de livre esclarecimento, aceitando contribuir com os dados desse estudo, sendo garantido o total anonimato.

O tratamento analítico dos dados ocorreu mediante estatística descritiva simples e pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), como uma forma de desenvolver inferências reflexivas torno das categorias articuladoras dos dados produzidos via aplicação do questionário, as quais foram formuladas a partir dos critérios perante o corpus discursivo: representatividade, extensão e profundidade.

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**

Os Direitos Humanos são uma conquista histórica da humanidade, que garante o reconhecimento de nossa dignidade, igualdade e liberdade. No Brasil, especialmente nos últimos anos, a concepção de Direitos Humanos foi deturpada, vinculando à ideia de "defesa de bandido". Dado o contexto, urge retomar a dimensão da Educação em Direitos Humanos como um processo que visa promover conhecimento, compreensão, respeito e implementação dos Direitos Humanos em todos os aspectos da vida. Conforme Flávia Piovesan:

Diversos precedentes históricos são apontados como responsáveis pelo processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos, os quais deram ensejo à criação do sistema normativo internacional de proteção de tais direitos. Dessa forma, a doutrina aponta que o estudo desses precedentes consiste na principal referência para entender os primeiros contornos do direito internacional dos direitos humanos (Piovesan, 2009, p.111).

A Educação em Direitos Humanos pode ser realizada em diversas áreas, a saber: escolas, igrejas, sindicatos, organizações não-governamentais, empresas e instituições governamentais. Para a professora Maria Victória Benevides<sup>1</sup>:

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, que deve abranger, igualmente, educadores e educandos, como sempre afirmou Paulo Freire (Benevides, 2003, p.309).

Seu objetivo é fazer com que as pessoas compreendam o que são Direitos Humanos, porque são importantes e como garantir sua implementação na sociedade, conforme aponta a professora Maria Victória Benevides: “A educação em direitos humanos é permanente, continuada e global, voltada para uma mudança cultural, é uma educação em valores, para atingir corações e mentes” (2003). Um dos maiores benefícios da Educação em Direitos Humanos é a prevenção de violações desses direitos. Quando as pessoas sabem o que são os Direitos Humanos e como eles devem ser respeitados, elas tendem a agir com mais responsabilidade em relação a si mesmas e aos outros. Além disso, a Educação em Direitos Humanos também ajuda a fortalecer a democracia, pois os direitos são fundamentais para a ordem democrática. Portanto:

Constitui a dignidade um valor universal, não obstante as diversidades sócio-culturais dos povos. A despeito de todas as suas diferenças físicas, intelectuais, psicológicas, as pessoas são detentoras de igual dignidade. Embora diferentes em sua individualidade, apresentam, pela sua humana condição, as mesmas necessidades e faculdades vitais (Dallari, 2002, p. 8).

Outra vantagem do ensino das leis que protegem os Direitos Humanos é a conscientização da diversidade. Aprender sobre os Direitos Humanos significa aprender a respeitar as diferenças entre as pessoas, incluindo gênero, raça, religião e orientação sexual. Dessa forma, a Educação em Direitos Humanos se torna uma ferramenta importante para o combate ao preconceito e à discriminação.

A Educação em Direitos Humanos também é importante para o desenvolvimento sustentável. A proteção do meio ambiente e a luta contra a pobreza são temas diretamente relacionados aos Direitos Humanos e, portanto, podem ser abordados em atividades educativas.

A sustentabilidade é um dos pilares dos Direitos Humanos e é dever de todos a garantia de que as gerações futuras tenham um ambiente saudável para habitar. Dessa forma, pensar uma educação em Direitos Humanos é pensar uma educação transformadora, na qual se possa estabelecer o respeito à diversidade sexual e de gênero, pelo qual a democracia seja aquela proposta por Marilena Chauí (2022), a saber, uma democracia participativa e que o conflito seja possível para que se possa chegar à consagração de novos direitos que englobam a todos.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2007, busca promover a inclusão, a diversidade, a igualdade e a justiça social por meio da educação em Direitos Humanos. O objetivo principal do PNEDH é difundir esses valores na sociedade e promover mudanças culturais, políticas e sociais em todo o país. Destarte, para alcançar esse objetivo, o plano estabelece diretrizes que devem ser seguidas por todas as esferas de governo e instituições educacionais em que um desses

direcionamentos é a necessidade de integrar a educação em Direitos Humanos na formação de professores e na elaboração de currículos. Além disso, o plano também incentiva a realização de oficinas, seminários e atividades em que os alunos possam aprender sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Outra diretriz importante do PNEDH é a disseminação da cultura de Direitos Humanos na sociedade. Isso significa que todos os setores sociais, como empresas, organizações não-governamentais, órgãos do poder público e a mídia devem estimular a promoção e proteção dos Direitos Humanos em suas atividades. Nesse sentido, afirma Bobbio:

O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Diante da história e de seus diversos momentos, a educação em direitos humanos sempre se mostrou necessária e relevante, cabendo à escola o papel de sensibilizar a todos sobre a importância do respeito ao outro, das suas individualidades e diferenças, tornando-se um espaço de formação cidadã. (Bobbio, 2004, p. 24)

Ao longo dos anos, o plano tem sido objeto de críticas e controvérsias, principalmente por parte de grupos conservadores que acreditam que a educação em Direitos Humanos fere valores tradicionais. No entanto, é importante lembrar que a educação em Direitos Humanos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Por isso, é essencial apoiar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e trabalhar para que suas diretrizes sejam cumpridas em todo o território nacional. Afinal, só através da educação é que vamos construir um futuro melhor para todos.

## **OS DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO ENSINO SUPERIOR**

A educação é garantida constitucionalmente para todas e todos. É dever do Estado garantir que todos tenham acesso à educação, inclusive, gratuita e de qualidade. Sem educação, como é possível desenvolver plenamente o nosso processo de humanização, o respeito à sociedade, nossas habilidades e alcançar todo o nosso potencial?

Ao trazermos à baila nossas inquietações e nossos anseios sobre esse direito fundamental inerente a todos, sabemos do entrave ainda existente em relação à garantia da educação como fato universal e acessível a todos. Infelizmente, em muitos países, por conta da extrema desigualdade social, ainda são muitas as pessoas que não têm acesso a uma educação de qualidade.

Conforme dados mais recentes calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ensino médio – reta final da educação básica – enfrenta desafios constantes com taxas de evasões escolares assustadoras. A pesquisa mais recente do INEP revelou uma taxa de 5,9% de evasão escolar no ano de 2021. Esses números podem ainda ser agravados, quando comparados a alguns grupos

sociais que são invisibilizados. A trajetória das pessoas transexuais e travestis na escola tem sido uma dura realidade, já que nesse percurso a sua identidade e expressão de gêneros são constantemente questionados.

Assim, de maneira recorrente, experienciam situações que as colocam em um estado muito alto de vulnerabilidade, a exemplo do *bullying*, discriminação e preconceito. Louro (1997) faz uma importante reflexão ao explicitar que é possível perceber características dos papéis que a escola cumpre em diversos momentos. Esses papéis são responsáveis por legitimar a segregação existente entre os gêneros.

É na escola que meninas são ensinadas sobre seu papel social e meninos ensinados como se comportarem na sua vida cotidiana, em especial, cumprindo o papel de ser homem ou mulher. É aquela máxima “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. É ainda no ensino básico que as crianças são separadas para exercerem atividades lúdicas com seus respectivos grupos, com a premissa de existir brincadeiras específicas de meninos e meninas, ou seja, o que prevalece é meninos jogam bola, enquanto meninas brincam de amarelinha ou outra atividade. Contudo, as pessoas que destoam desse padrão e têm sua expressão de gênero questionada, acabam vivenciando punições simbólicas. Mulheres trans e travestis são excluídas de suas relações interpessoais, e já a partir desse momento, são violentadas e discriminadas.

Os atos supracitados constantes de discriminação e preconceito acabam se reverberando na trajetória escolar dessas pessoas que acabam se distanciando desses espaços, em especial, por diferentes formas de violência que vivenciam. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQ+, e que, de acordo com o relatório de 2022 do Grupo Gay da Bahia<sup>2</sup>, a cada 32 horas uma pessoa LGBTQ+ morre de forma violenta. Foram 273 casos de assassinatos só em 2022.

Os dados acima mencionados nos fazem perceber o quanto a expressão e identidade de gênero são capazes de produzir violências em virtude de uma existência. Corpos que já nasceram para ser exterminados. Isso é dito a partir de um modelo social preestabelecido, no qual a heterossexualidade é a detentora de todos os privilégios e deve ser a única forma sensata de estabelecer relações, em que o patriarcado é, ainda, o modelo que regula todas essas molas sociais e determina quem deve ou não existir.

Para que tenhamos uma sociedade mais justa e inclusiva, temos muito o que discutir sobre a supremacia dos homens no que tange suas masculinidades e seus preconceitos inatos construídos historicamente ao longo de vários séculos. Essa cultura patriarcal não lida muito bem com a figura da homoafetividade. Esses rastros deixados por essa cultura machista têm excluído muitas mulheres e LGBTQ+s e nessa sigla transexuais e travestis são muito mais discriminadas e invisibilizadas.

Ao trazermos à baila neste trabalho tópico um pouco da produção de violência voltada a esse grupo, queremos também destacar a dívida que essa sociedade tem com a comunidade LGBTQIA+, uma vez que essas pessoas encontram impedimentos variados para terem sucesso em sua jornada escolar. Esse grupo social, geralmente, habita nas periferias das grandes cidades, vencendo diferentes barreiras para ocupar um lugar nas instituições de ensino superior.

Discutir a performance de masculinidade e feminilidade de pessoas transexuais e travestis em contraposição ao patriarcado é algo complexo e que exige uma abrangência de aspectos sociais, culturais e políticos, ainda mais quando situamos

geograficamente essas discussões no país que mais violenta e mata corpos dissidentes, incluindo pessoas transexuais e travestis.

Nesse sentido, antes de passarmos para a análise desses dados obtidos ao decorrer da pesquisa, é importante fazermos essa reflexão a partir do entendimento da construção do gênero, bem como a estrutura do patriarcado.

A construção do gênero refere-se aos papéis, comportamentos e atributos que uma sociedade considera apropriados para homens e mulheres. Esses papéis são aprendidos e internalizados desde a infância e são reforçados através de normas sociais, culturais e legais. No entanto, essas construções são flexíveis e podem ser desafiadas e subvertidas, é o caso do que chamamos de corpos subvertidos ou dissidentes, corpos que rompem com essas normas sociais impostas pelo patriarcado.

Não obstante, podemos dizer que o patriarcado é um sistema social onde os homens têm poder primário e predominam em papéis de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle da propriedade. Esse sistema perpetua a subordinação das mulheres e outras identidades de gênero não conformistas.

Pessoas transexuais e travestis muitas vezes desafiam as normas rígidas de gênero ao performar masculinidade e feminilidade de maneira que podem não corresponder aos seus sexos atribuídos ao nascimento. Essa performance pode ser vista como uma forma de resistência ao patriarcado e às normas de gênero tradicionais.

Durante o percurso da vida, é comum que essas pessoas, ao confrontarem essas normas sociais rígidas e tidas como o "normal da sociedade", se deparem com desafios e resistências desse sistema, resultando em violência e Discriminação, isto é, muitas pessoas transexuais e travestis enfrentam violência física e verbal, tanto na esfera pública quanto privada; um processo de marginalização: a falta de oportunidades de emprego e o acesso limitado a serviços de saúde e educação são desafios comuns e; o reconhecimento legal: Muitas jurisdições ainda não reconhecem plenamente os direitos das pessoas transexuais e travestis.

Diante disso, é possível dizer que a performance de masculinidade e feminilidade de pessoas transexuais e travestis é uma manifestação poderosa de resistência ao patriarcado. Ao desafiar as normas de gênero, essas pessoas não apenas afirmam suas próprias identidades, mas também expõem as limitações e injustiças de um sistema que privilegia o masculino e marginaliza o feminino e outras identidades de gênero não conformistas. A luta por reconhecimento e igualdade continua sendo essencial para desconstruir o patriarcado e promover uma sociedade mais justa e inclusiva, a educação é e continuará sendo esse lugar de denúncia e de resistência de corpos subversivos.

### **A RESISTÊNCIA COMO PROCESSO NA REMOÇÃO DE BARREIRAS DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE PESSOAS TRANSEXUAIS: O QUE DIZEM OS DADOS?**

Uma pesquisa elaborada em 2021 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA), conforme Ribeiro e Nascimento (2023), da associação jornalística Gênero e Número<sup>3</sup>, apontou que pessoas trans eram menos de 0,3% do corpo discente das universidades federais em 2018. É válido ressaltar que, em 2018,



nenhuma universidade ofertava vagas para essas pessoas, o que passou a ser feito somente em 2019.

Percebe-se que a adoção das políticas de cotas para pessoas trans e travestis representa um avanço e pode de alguma forma mitigar as desigualdades em relação a essas pessoas. No entanto, de acordo com dados do GEMAA, ainda é possível visualizar que a presença e permanência dessas pessoas nesses espaços acadêmicos ainda é bastante escassa. Nesse sentido, atualmente, no Brasil, a lei nº 12.711 de 2012, ou também chamada de “Lei de Cotas”, é responsável por dispor sobre a temática de cotas, isto é, apontar quem são os contemplados com a referida lei e qual a reserva de vagas para esses grupos.

A reserva estabelecida dispõe pela Lei o quantitativo de 50% dessas vagas em universidades e instituições federais de ensino técnico que devem ser destinadas para pretos, pardos, indígenas, deficientes e pessoas de escola pública. As pessoas transexuais e travestis não se encontram contemplados nessa legislação, cabendo às universidades adotarem seus próprios critérios, dada a autonomia universitária, podem optar por incluir na ação afirmativa da política de cotas, a inserção desse grupo como alvo da política

No Brasil, apenas 5 (cinco) universidades promovem políticas de ação afirmativa para essa população, são elas: 3 (três) IES estão localizadas no Nordeste, apenas no estado da Bahia (a Universidade do Estado da Bahia, a Universidade Federal do Sul da Bahia e a Universidade Estadual de Feira de Santana). A região sudeste conta com uma IES no estado de São Paulo (Universidade Federal do ABC) e a última está localizada na região Norte, no estado do Amapá (Universidade do Estado do Amapá). Esses dados apresentados revelam as lacunas ainda latente em cenário nacional para essa população, assim podemos ratificar que falar em permanência ou acesso às universidades por pessoas transexuais e Travestis ainda é uma realidade distante e com concentração em um único estado, no caso, a Bahia. Nesse cenário o estudo mostra a necessidade de fomento de políticas públicas que facilitem o acesso e a permanência dessas pessoas nos espaços acadêmicos.

Diante do exposto acima, partimos de algumas questões importantes, a começar pela aplicação de um questionário para 4 (quatro) mulheres trans e travestis. Uma delas se identifica como mulher travesti, enquanto as outras duas como mulheres transexuais.

Didaticamente, para facilitar a identificação dessas pessoas e a compreensão do que aqui se pretende discutir, usaremos a nomenclatura Gardênia, Rosa, Violeta e Camélia, preservando a identidade dessas pessoas, onde Gardênia é a mulher travesti e Rosa, Violeta e Camélia são mulheres transexuais.

As perguntas inerentes ao questionário em questão foram construídas a partir de alguns marcadores essenciais ao que se busca compreender nesta pesquisa, a saber: o perfil da entrevistada, a sua trajetória escolar no ensino básico, fundamental e médio, o perfil econômico e profissional, a sua trajetória na universidade e, por fim, a violência na universidade. Este último marcador busca compreender aspectos relacionados aos obstáculos quanto ao acesso e à permanência dessas pessoas aos espaços acadêmicos.

## **O QUE GARDÊNIA TEM A NOS CONTAR?**

Gardênia se reconhece como uma mulher travesti, nasceu em 29 de setembro de 1995 em Pernambuco, se autodeclara como negra e não tem nenhum filho. Sobre sua trajetória escolar, a entrevistada estudou em escola pública e sempre se identificou com as disciplinas de biologia e história, sobretudo quando a temática da aula era sobre raça e cultura. A colaboradora afirma nunca ter pensado em desistir da escola, tinha identificação com o espaço, explicitando ser uma segunda casa.

Diante de sua resposta, nos inquietamos em saber sobre seu relacionamento com seus colegas de sala de aula e os seus cotidianos nesse espaço, tendo em vista as relações de poder e discriminação, possivelmente veiculados em sua relação cotidiana. A entrevistada afirmou que sempre assumiu a representação da turma, assumindo espaços de participação e engajamento no âmbito da escola. Dessa forma, obteve "respeito" dos colegas. Ademais, durante a escola, ela não se entendia como travesti, mas que acredita que as coisas teriam sido diferentes, caso estivesse ainda em processo de reconhecimento identitário.

Com os professores, a entrevistada sempre teve uma boa relação, alegando que existia uma relação de horizontalidade e nunca percebeu nenhum tipo de discriminação por parte dos docentes. Sobre assédio sexual ou algum tipo de violência por parte de professores e/ou colegas, Gardênia afirma que nunca teve problemas, embora as estatísticas caminhem na direção contrária a sua afirmação. Ela ingressou na universidade por meio do sistema de cotas (estudante de escola pública). E sua identidade de gênero nunca a levou à evasão escolar, pois esta afirma, que no período escolar, se reconhecer como uma travesti.

O perfil econômico e profissional da referida entrevistada é composto por uma renda de R\$500,00 (quinhentos reais). Ela é bolsista, até o presente momento, da universidade em que estuda e almeja construir um caminho: ser professora universitária.

A sua trajetória na universidade sempre foi permeada pelo desejo de ser bióloga, curso em que atualmente estuda, após a sua segunda tentativa de ingresso, o que perdeu em média 2 (dois) anos para acontecer. Como já dito anteriormente, seu ingresso na universidade pública foi por meio da cota de estudante de escola pública. Já foi bolsista nas três modalidades (monitoria, extensão e iniciação científica), 2 (duas) vezes foi bolsista de extensão, 3 (três) vezes na monitoria e, atualmente, é bolsista na iniciação científica. Esse relato nos possibilita compreender a importância das políticas de permanência no âmbito das universidades, tendo em vista a garantia na conclusão da graduação dos discentes de baixa renda.

No tópico sobre violência na universidade, a entrevistada afirma que nunca se sentiu excluída na sala de aula, mas já se sentiu insegura e constrangida dentro da instituição de ensino, uma vez, durante um evento científico. Tal constrangimento ocorreu porque até a instituição organizar sua política, tiveram momentos em que o nome civil dela foi divulgado, mas rapidamente tiraram do sistema acadêmico.

Em relação à universidade ser um espaço democrático e aberto para pessoas transexuais e travestis, de acordo com ela, depende sempre das pessoas que estejam à frente da instituição. Até o momento, as experiências da entrevistada foram positivas (mesmo considerando os momentos em que a equipe da universidade levou para ter uma pessoa trans no *campus*, já que essa foi a primeira do seu *campus* a se reconhecer

como uma travesti). Porém, ela sabe que isso se deve ao fato de ser rodeada de pessoas influentes na instituição, uma rede de apoio composta por vários professores respeitados da IES.

Diante do exposto, também lhe foi perguntado quais são as maiores dificuldades que os corpos trans e travestis enfrentam no espaço acadêmico/universidade. A resposta foi no sentido de sempre ter que lidar com os outros alunos, pois dependendo do curso, existe uma comunidade discente muito transfóbica. Nesse sentido, devido à sua identidade de gênero, antigamente, a entrevistada vivenciou discriminação a partir de várias “piadinhas”, ditas por alunos de outros cursos.

Esse depoimento revela o compromisso que tem as IES em garantir um espaço heterógeno e de respeito às diferentes culturas, amparada na garantia dos direitos humanos, combatendo diferentes formas de preconceito e instituindo uma formação para a cidadania.

### **DEIXA A ROSA FALAR!!!**

A segunda entrevistada será denominada de Rosa e se reconhece como uma mulher transexual. Ela nasceu no ano 2000 em Medellín, segunda maior cidade da Colômbia, situada na América Latina, mas vive em São Paulo há muitos anos. Veio ao Brasil na intenção de encontrar um trabalho formal com possibilidade de ascensão. Ao chegar aqui começou a aprender o português de maneira virtual, porém, não conseguiu se matricular em cursos de português devido aos valores das mensalidades achadas. Hoje ela não se sente apta ainda para fazer um vestibular para uma Faculdade particular devido a não ter como pagar as mensalidades. Se autodeclara como negra e não tem nenhum filho. Sobre sua trajetória escolar, a entrevistada estudou em escola pública, afirmando que sempre se identificou com a disciplina de português. Foi lhe perguntado se em algum momento ela pensou em desistir da escola e respondeu que “sim”, pela forma que a tratavam por ser uma mulher transexual.

A pergunta seguinte era sobre como era seu relacionamento com seus colegas de sala de aula. A entrevistada respondeu que a relação entre professores e discentes da mesma turma sempre foi baseada no respeito. Rosa alega que nunca sofreu assédio sexual ou algum tipo de violência por parte de professores e/ou colegas da turma, tal evento era um forte motivador para a continuidade dos estudos.

O perfil econômico e profissional da referida entrevistada não foi possível quantificar, ela expressou apenas como sendo uma renda boa, um pouco acima da média, mas não falou sobre valores exatos. Não chegou a fazer parte de alguma universidade, por mais que sempre tivesse o sonho de ser da área de saúde, queria ser médica.

Foi-lhe perguntado se, a partir de sua concepção, a universidade é um espaço democrático e aberto para pessoas transexuais e travestis. De acordo com a sua concepção, sim, embora ela pense que como terão pessoas que não gostarão de estar ao lado de transexuais, há outras pessoas que sim, podem gostar e aceitar o seu corpo. Diante disso, também lhe foi perguntado quais são as maiores dificuldades que os corpos trans e travestis podem enfrentar no espaço escolar. A resposta foi o medo de ser excluída, medo de ser tocada sem consentimento, esses aspectos sempre estão

rondando a cabeça desses corpos diferentes, esse desafio é uma constante na vida dessas pessoas.

Com relação à sua identidade de gênero, antigamente, a entrevistada vivenciou discriminação, mas falou que não liga e o importante é ela estar feliz, se desvencilhando das opiniões alheias carregadas de preconceito.

### **A VIOLETA TEM MUITO A NOS DIZER...**

A terceira entrevistada será denominada de Violeta, se reconhece como uma mulher transexual. Esta nasceu em 14 de janeiro de 1999, em Pernambuco, se autodeclara como branca e não tem filhos. Sobre sua trajetória escolar, a entrevistada estudou em escola pública desde pequena e sempre se identificou com as disciplinas de arte e história.

Foi lhe perguntado se em algum momento ela pensou em desistir da escola: o seu relato demonstra que "sim", pensou em desistir da escola em 2014 quando começou a ser perseguida por um grupo de meninas nas escolas. Pelo fato de ser trans e PCD (pessoa com deficiência), elas implicavam com os seus cabelos, tom de pele por ser branca demais, e por ser uma mulher com deficiência. Situação diferente na sua turma, quando sempre manteve um bom relacionamento com os colegas e com os professores, os quais a respeitavam e a tratavam com afeto.

Sobre assédio sexual ou algum tipo de violência por parte de professores e/ou colegas, afirmou que nunca sofreu assédio sexual na escola, mesmo usando o banheiro masculino. Contudo, já sofreu piadas transfóbicas da diretora da escola e quase apanhou de um grupo de meninas nas escolas por ser uma trans PCD. O perfil econômico e profissional da referida entrevistada, varia entre R\$ 200 (duzentos reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais), dependendo do evento que tem, porque ela trabalha com penteados e noivas.

Com relação à sua identidade de gênero, a entrevistada relatou que sofreu e vivenciou discriminação, porém, relata que entendeu a justificativa da pessoa quando questionada sobre a sua fala transfóbica, pois à transgressora não tinha muito conhecimento sobre identidade de gênero. Nesse caso, ela prontamente explicou do que se tratava e a pessoa se desculpou, atualmente Violeta se sente muito bem respeitada.

### **O QUE DIZES, CAMÉLIA?**

A quarta entrevistada será denominada de Camélia e se reconhece como uma mulher transexual. Ela nasceu em 29 de janeiro de 1977, em Pernambuco, se autodeclara como negra. Camélia tem 1 (um) filho. Sobre sua trajetória escolar, a entrevistada estudou em escola pública desde pequena e sempre se identificou com as disciplinas de humanidades. Não entrou por cotas. Atualmente, é estudante de Serviço Social em uma universidade particular no Recife.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de desistência ao longo da sua trajetória escolar, a entrevistada relata que já pensou em desistir da escola, pois sofreu em algum

momento algum tipo de violência, mas nunca assédio sexual por parte de professores e/ou colegas. Sobre o perfil econômico e profissional da referida entrevistada, ficou evidente a importância que tem as políticas de permanência nas universidades, em especial, as diferentes modalidades de bolsas. Nesse caso, ela afirmou ter participado de bolsa de monitoria e extensão para custear o sustento.

Com relação à sua identidade de gênero, a entrevistada relatou inicialmente ter sido um problema por parte de pessoas que a conhecia, pois o preconceito ainda existe, mas que a sua resistência e o desejo de não desistir dos seus sonhos, mobiliza a sua caminhada.

A análise das entrevistas nos permite inferir a importância dos estudos no campo dos Direitos Humanos, em especial, no acesso à educação e respeito a dignidade das pessoas, evidenciando a urgência de construir espaços formativos nas IES e políticas públicas que garantam o acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis no ensino superior.

A política de cotas vigente disposta na Lei n. 12.711/2012 não dispõe sobre a obrigatoriedade em sua reserva de 50% para transexuais e travestis. Contudo, em face da realidade de acesso dessa população nas universidades e na conclusão do ensino médio, é de fundamental importância um olhar para esses números, pois a ocupação desse grupo minoritário necessita ser reforçada. Somente dessa forma, pode-se ter um país que respeita e protege uma minoria que é invisibilizada e localizada à margem de nossa sociedade, um país que respeita e acolhe a diversidade, um país democrático, no qual os Direitos Humanos sejam para todas e todos, necessitando garantir através das políticas, reais condições de acesso e permanência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A problematização sobre o percurso formativo das pessoas transexuais, possibilitou compreender as diferentes barreiras e tipos de violência pelas quais essas pessoas estão sujeitas ao longo da sua trajetória educacional. Assim, a análise qualitativa dos dados, propicia o entendimento da urgência na formulação de políticas públicas educacionais voltadas às diversidades, no intuito de possibilitar a construção de uma sociedade igualitária, não excludente, alimentada pela diversidade cultural.

No que diz respeito à educação, ou mais precisamente, à política educacional, um dos aspectos significativos desse novo cenário é a percepção de que o ambiente acadêmico é um espaço de sociabilidade para o qual convergem diferentes experiências socioculturais, as quais refletem diversas e divergentes formas de inserção grupal na história do país (Gomes, 2007). Nesse contexto, a Educação em Direitos Humanos é uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois propicia a ampliação do conhecimento sobre os Direitos Humanos, garantindo uma sociedade mais democrática, plural e respeitosa com as diferenças/diversidade, evitando a violação dos direitos mediante práticas preconceituosas.

Os dados revelam a urgente necessidade de mecanismos que garantam a participação de todas as pessoas na educação básica e no ensino superior, em especial, as pessoas que vivenciam um processo de segregação social por conta de sua orientação de gênero, assim, políticas públicas devem ser criadas, a fim de garantir acesso e permanência dessa população. A legislação de cotas vigente, necessita ser aperfeiçoada

levando em consideração as pessoas transexuais e travestis, as quais trilham um caminho árduo na concretização da sua trajetória acadêmica.

Artigo recebido em: 26/05/2024  
Aprovado para publicação em: 17/10/2024

---

IT'S NOT ALL FLOWERS": THE CHALLENGES IN ACCESS AND PERMANENCE TO BASIC AND HIGHER EDUCATION FOR TRANSEXUAL AND TRANSVESTITE PEOPLE IN PERNAMBUCO

**ABSTRACT:** Higher education plays a fundamental role in humanised training guided by respect for human dignity. General objective: to analyse the barriers that impede the academic trajectory of transexual and transvestite people in basic education and higher education. Specific objectives: a) to encourage discussion about gender and sexuality from the perspective of human rights; b) to enable the construction of a critical awareness of the barriers that impede the academic career of transexuals and transvestites in basic education and higher education; c) to discuss the performance of masculinity and femininity of transexuals and transvestites. The methodology is qualitative, based on interviews that contributed to their search. The results can therefore contribute to reflection on the challenges faced by transexuals and transvestites in their careers, from primary to higher education.

**KEYWORDS:** Education. Human Rights. Transexuals. Transvestites.

---

NO TODO SON FLORES": LOS DESAFÍOS EN EL ACCESO Y PERMANENCIA A LA EDUCACIÓN BÁSICA Y SUPERIOR DE LAS PERSONAS TRANSEXUALES Y TRAVESTIS EN PERNAMBUCO

**RESUMEN:** La educación superior desempeña un papel fundamental en la formación humanizada orientada por el respeto a la dignidad humana. Objetivo general: analizar las barreras que impiden la trayectoria académica de las personas transexuales y travestis en la enseñanza básica y superior. Objetivos específicos: a) incentivar la discusión sobre género y sexualidad desde la perspectiva de los derechos humanos; b) posibilitar la construcción de una conciencia crítica sobre las barreras que impiden la trayectoria académica de transexuales y travestis en la educación básica y en la educación superior; c) discutir el desempeño de la masculinidad y femineidad de transexuales y travestis. La metodología es cualitativa, basada en entrevistas que contribuyeron a la investigación. Los resultados pueden, por lo tanto, contribuir a la reflexión sobre los desafíos enfrentados por transexuales y travestis en sus trayectorias, desde la enseñanza básica hasta la superior.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Derechos Humanos. Transexuales. Travestis.

---

ALVES, A. de F.; MASCARENHAS, A. D. N.; PEREIRA, J. D. S.

## NOTAS

1- Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, diretora da Escola de Governo e membro da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.

2- Dossiê denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/> Acesso em: 21 jun. 2023.

3-<https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/> Acesso em: 28 fev. 2024

---

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAYDOUN, M. Pensando as masculinidades contemporâneas. **Revista Artemis**. v. 31, n. 1, pág. 486-491, 2021.

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9\\_benevides.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf) Acesso em: 10 abr. 2024.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Acesso em: 3 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 2 ago. 2012. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB: Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: Lei nº 9394/96**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, seção I, p. 48, maio 2012b. Disponível em: [portal.mec.gov.br/docman/maio-2012-pdf/10889-rcp001-12](http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2012-pdf/10889-rcp001-12) Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Brasília: **Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação**, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 agosto. 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 10 nov. 2023

CHAUÍ, M. Direitos humanos e educação. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 10, n. 2, p. 23-26, 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; trad. Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: **ARTMED**, 2010.

DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2014. FREIRE, Paulo. Prefácio. In: RIBEIRO, Marcos. **Educação Sexual: novas ideias, novas conquistas**. São Paulo: Editora Gente, 1993.

GARCIA, C. A. A. SOUZA, F. C. de. A relação família-escola através dos tempos. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 4, p. 59- 74, mai. 2017. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCHMITZ, B. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil, Grupo Gay da Bahia**. Grupo Dignidade. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/> Acesso em: 10 abr. 2024.



ALVES, A. de F.; MASCARENHAS, A. D. N.; PEREIRA, J. D. S.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança queer? Trad. C. Oliveira. **Geni**, pp. 1-9, 2002. Disponível em: <http://revista.eni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BEIRO, J.; NASCIMENTO, V. **Apenas cinco universidades públicas destinam vagas para pessoas trans**.(2023). Disponível em:<https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/> Acesso em: 10 abr. 2024.

SAVIANI, D. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Autores Associados, 2019.

SEDGWICK, E. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu, quereres**, v.28, p. 19-54, 2007. Disponível em:[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007\(28\)/Sedgwick.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007(28)/Sedgwick.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

---

ADRIANO DE FREITAS ALVES: Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco-PPGDH/UFPE.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6018-2545>  
E-mail: [adriano.alves@ufpe.br](mailto:adriano.alves@ufpe.br)

---

ALINE DAIANE NUNES MASCARENHAS: Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia e Professora do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (UFPE).  
Orcid: <https://http://orcid.org/0000-0002-7372-5411>  
E-mail: [aline\\_mascarenhas@hotmail.com](mailto:aline_mascarenhas@hotmail.com)

---

JÔNATAN DAVID SANTOS PEREIRA: Mestrando em Direitos Humanos da PPGDH-UFPE  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1142-3757>  
E-mail: [jonatan.david133@gmail.com](mailto:jonatan.david133@gmail.com)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).